

JORNAL DO Procurador

34

Publicação da Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo

APESP

FEV / MAR 2008



Gestão

Nova diretoria lutará por avanço institucional da PGE

Crônicas da Procuradoria

De como o "Império do Divino"
revelou o paradeiro
do executado

3

Galeria

Conheça os novos diretores

5

Voz das Regionais 1

PR3: atuação preventiva
em defesa meio ambiente

7

Voz das Regionais 2

PR8: São José do Rio Preto
viabiliza crescimento sustentável

8

APESP

Associação dos Procuradores do Estado
de São Paulo – APESP

Diretoria Gestão 2006/2008

PRESIDENTE

Zelmo Denari

SECRETÁRIA GERAL

Márcia Junqueira Sallowicz Zanotti

DIRETOR FINANCEIRO

Ivan de Castro Duarte Martins

DIRETORA SOCIAL

Adriana Moresco

DIRETORA CULTURAL

Fernanda Ribeiro de Mattos Luccas

DIRETORA DE PREVIDÊNCIA

Ana Maria Bueno Piraino

DIRETORA DE PATRIMÔNIO

Shirley Sanchez Tomé

DIRETOR DE COMUNICAÇÕES

Paulo Sérgio Garcez Guimarães Novaes

CONSELHO ASSESSOR

Ada Pellegrini Grinover

Ana Cristina Leite Arruda

Carmen Lúcia Brandão

Fernanda Dias Menezes de Almeida

Nilson Berenchtein Júnior

Tânia Henriqueta Lotto

CONSELHO FISCAL

Cecília Brenha Ribeiro

Juliana de Oliveira Costa Gomes

Leonardo Gonçalves Ruffo

EDIÇÃO, TEXTO E APOIO À IMPRENSA

Pyxis Editorial e Comunicação

Tel. (11) 3875 3434

FOTOS

Stockxpert (capa)

Imagens para divulgação cedidas pela chapa

"Independência e Luta" (p. 5)

REVISÃO

Francisca Evrard

PROJETO GRÁFICO

Fonte Design

Tel. (11) 3864 8974

TIRAGEM

1.900 exemplares

Acesse a versão *on-line* do
JORNAL DO PROCURADOR
no site <www.apesp.org.br>
Publicação periódica distribuída
gratuitamente pela APESP.

Entrevista

O Jornal do Procurador não publicará na presente edição a tradicional seção "Editorial", que será substituída por uma entrevista com o presidente Zelmo Denari, com o objetivo de realizar um balanço da gestão que se encerra em 31/03/2008.

JP - Em linhas gerais, que balanço o senhor faz de sua gestão como presidente da APESP de janeiro de 2007 até a presente data?

Zelmo Denari - Nunca escondi de ninguém que fui surpreendido com a nomeação de Marcos Nusdeo, quando ele foi guindado ao cargo de procurador geral do Estado, pois embora no exercício da vice-presidência nunca me passou pela cabeça assumir a presidência da APESP. Passado o susto inicial, posso dizer, como diziam os romanos, *cursum perficium*, ou seja, considero cumprida a minha missão. No exercício do presidência, contando com a colaboração de todos os colegas da diretoria, notadamente da secretaria geral Márcia Zanotti, realizamos, no curto espaço de 14 meses, três Assembléias Gerais (em 18/05/2007 e 24/08/2007, sobre questão remuneratória; em 7/12/2007, sobre alterações no Estatuto da APESP) e três Seminários (em 30/03/2007, 18/05/2007 e 24/08/2007, sobre questão remuneratória), nos quais, além do polêmico tema do subsídio, foram debatidos inúmeros temas de interesse da Carreira, rendendo ensejo à adequação do nosso Estatuto Social às novas normas civilistas. Em linhas gerais, portanto, o balanço foi positivo.

JP - Que avaliação o senhor faz da decisão de manter a atual sistemática remuneratória? Qual o momento de maior apreensão vivido pela carreira na sua gestão?

Zelmo Denari – A espada do subsídio, que esteve presa por um fio de cabelo sobre nossas cabeças, como a espada de Dâmocles, não cessa de nos desafiar. De todo modo, estou convencido de que a decisão da Carreira pela manutenção do atual sistema de valorização da verba honorária, conquistada por larga margem de votos em memorável Assembléia Geral, foi um dos momentos mais lúcidos e equilibrados da Carreira. Compreendeu-se que o tempo é senhor da verdade e que a adoção do regime de subsídios significava, naquela conjuntura, menos que um desafio, um risco. De resto, como a Carreira vive de sobressaltos, o momento de maior apreensão acredito que tenha ocorrido quando o atual governador do Estado instituiu, por duas vezes, o PPI e o PPD, reduzindo e aviltando nossos honorários ao patamar de 1%, sem consulta prévia à categoria. A marca da nossa rebelião e do nosso inconformismo ficou patenteada na ação judicial proposta pela APESP em busca de um provimento anulatório do benefício.

JP - A que o senhor atribui o fato de o governador não ter ouvido previamente a Carreira a respeito da concessão de um benefício que fere prerrogativas da Carreira de procurador do Estado?

Zelmo Denari – Essa é uma pergunta que, como se costuma dizer no interior profundo, “é de tirar o pica-pau do oco”. Tenho afirmado de público que, paralelamente à nossa luta pela reformulação integral da nossa Lei Orgânica – precedida da realização de seminários e assembléias que possibilitem amplos debates, e que deve contar com a indispensável participação do Conselho e do Gabinete – a Carreira deve lutar, com todos os meios ao seu alcance, pela maior representatividade do nosso procurador geral do Estado, de forma pontual e através da inserção de simples emenda em nossa Lei Orgânica. Segundo nosso convencimento, quando o procurador geral for escolhido em *lista tripla* de nomes votada pela Carreira, o governador do Estado não irá mais nos surpreender com projetos de lei redutivos da nossa verba honorária, sem consulta prévia à chefia da Carreira. Nem ousará uma confrontação. E a entidade que deverá empunhar a bandeira da luta pela adoção da lista tripla

para a escolha do procurador geral do Estado deverá ser a APESP, que naturalmente contará com o apoio incondicional do Sindiproesp. Estou convencido de que a grandeza de nossa Instituição depende dessa iniciativa e desse passo.

JP – Em 15 de fevereiro, a entidade inaugurou a nova sede. Esse é o principal legado da sua gestão?

Zelmo Denari – Logo no início da gestão, tivemos a felicidade de ser contactado por um corretor de imóveis que nos exibiu opção de venda do 9º andar do nosso prédio. A atual diretoria soube compreender que era chegado o momento de realizar um velho sonho da Carreira, ampliando nossas antigas instalações, no mesmo local. A inauguração da nova sede de trabalho no dia 15 de fevereiro último é a demonstração mais cabal do acerto da nossa decisão. Temos a plena convicção de que a APESP possui hoje a maior e mais bem estruturada sede associativa dos procuradores do Estado em todo o território nacional. Sóbria e ao mesmo tempo requintada, a nova sede permitirá até que os futuros eventos e seminários da carreira de menor dimensão sejam realizados no seu próprio recinto, pois contamos com um auditório com cerca de 100 lugares.

JP - A sua gestão primou por uma maior proximidade dos procuradores com a entidade. Quais as principais iniciativas nesse sentido?

Zelmo Denari – Busquei humanizar o Jornal do Procurador, fazendo dele um instrumento de comunicação mais íntima com os colegas da Carreira, notadamente visando maior aproximação com os Procuradores sediados no interior. A Seção de Crônicas, que tanto sucesso faz no jornal, teve o propósito de resgatar a memória dos velhos e mais experientes combatentes da Procuradoria. Por sua vez, a Voz das Regionais destaca, com a necessária transparência, os trabalhos da advocacia pública desenvolvidos pelas unidades descentralizadas. Por último, a lembrança, muito aplaudida, da inauguração da Biblioteca dos Procuradores, cujo objetivo é reunir todas as obras jurídicas ou literárias da lavra dos procuradores do Estado. Um verdadeiro relicário, que será lembrado por todos como um dos mais lídimos repositórios dos trabalhos desenvolvidos pela nossa intectualidade.

JP - Como é que o senhor recebeu o registro de uma chapa única para concorrer às eleições para renovação da Diretoria da APESP?

Zelmo Denari – Em termos de ideário democrático, bom seria se mais de uma chapa tivesse concorrido para renovação da diretoria da APESP. No entanto, o registro de uma chapa única demonstra que a maioria dos integrantes da Carreira aprova o trabalho que vimos realizando ao longo das sucessivas gestões, dando-nos, mais uma vez, um crédito de confiança para continuarmos na luta intransigente, em defesa dos direitos e prerrogativas da nossa categoria. De resto, a indicação do colega Ivan de Castro Martins é uma garantia de equilíbrio e bom senso no exercício do cargo de presidente da nossa entidade que, além do mais, irá contar com a inestimável colaboração de uma figura que nos infunde confiança, a nossa futura diretora financeira, Márcia Zanotti. Desta sorte, podemos ficar tranquilos quanto ao destino e a renovação do espírito de luta de nossa Instituição.

De como o "Império do Divino" revelou o paradeiro do executado

Vinte e cinco anos de PGE, sob o regime de "clínica geral", em que desempenhavam suas funções, os procuradores do Estado em exercício nas comarcas do interior paulista, certamente seriam incontáveis os "causos" que poderiam ser lembrados, uns alegres, outros nem tanto...

Porém, para satisfação dos colegas leitores deste Jornal do Procurador, ávidos por histórias jocosas, pedimos vênias para narrar um episódio ocorrido na vetusta e pachorrenta São Luís do Paraitinga, nos idos de 1990.

Não obstante o "filé" da comarca, pela qual então respondíamos, fossem as valiosas desapropriações do Parque Estadual do Serra do Mar, também inventários, processos de usucapião e algumas execuções fiscais movimentavam nossas visitas periódicas àquela cidadezinha encantadora, onde deixamos bons e saudosos amigos.

Certa feita, numa dessas idas a São Luís do Paraitinga, ao adentrar a Praça da Matriz, pela qual se chegava ao Fórum, chamou-nos a atenção um reverberar de luz vermelha-dourada que emanava de um dos antigos casarões coloniais vizinhos àquele logradouro.

Curiosos, estacionamos nosso carro nas proximidades da residência e adentramos o local. Deparamos-nos então com um cômodo da frente da casa todo decorado, da parede ao teto, com tiras amassadas de papel laminado vermelho e dourado, o que explicava o clarão que a luz do sol, penetrando o recinto, fazia reverberar.

No meio da sala, um altar, muito bem arranjado com flores de papel colorido, velas e fitas encimado pela imagem de pomba branca simbolizando, como fomos informados depois, o *Divino Espírito Santo*, cuja festa anualmente se celebra naquela cidade, no mês de junho. Compenetrado e devidamente paramentado, um cidadão de uma irmandade religiosa fazia guarda no local e acolhia os visitantes que, contritos, ajoelhavam-se à frente do altar, rezavam

e depositavam numa cestinha suas espórtulas. Ladeando o altar, havia algumas bandeiras de cetim de cores variadas, finamente ornadas com galões dourados, colocadas em suportes que as mantinham em pé.

Indagamos então ao cidadão que fazia a guarda do "Império do Divino" (esse o nome dado ao cômodo especialmente decorado para abrigar a Pomba do Divino), o que simbolizavam tais bandeiras, e, vencidos pela curiosidade, pusemo-nos a abri-las, a fim de melhor apreciá-las.

Eis que chamou-nos a atenção um daqueles estandartes, mais elaborado do que os outros, como nos explicou o guardião, o nome do "festeiro" daquele ano, ou seja, do patrocinador da festa.

Qual não foi nosso espanto ao constatar que ao nome do "festeiro" – aliás, muito conhecido na cidade – correspondia justamente ao nome de um dos devedores do Fisco Estadual, executado em um dos processos que estávamos na oportunidade a devolver ao Fórum, e no qual, sr. oficial

de justiça havia passado uma certidão, atestando a impossibilidade de citar o devedor e efetuar a penhora, por se encontrar o mesmo "em lugar incerto e não sabido"

Entre surpresos e chocados, deixamos respeitosamente o "Império do Divino" e rumamos ao Fórum, onde lançamos uma manifestação aos autos, requerendo a citação ao réu, cujo paradeiro nos havia sido tão inusitadamente revelado.

Conclusão: nos dias que seguiram fomos informados de que a dívida havia sido quitada pelo outrora "desaparecido", até porque não ficava bem ao "festeiro" da vez ser citado e sofrer a penhora de seus bens.

Assim termina esta curiosa narrativa, uma dentre tantas que nos trazem à memória os bons tempos de Procuradoria do Estado. E como diziam os antigos: "entrou por uma porta, saiu pela outra, quem quiser que conte outra..."

Maria Helena Beringhs Domingues de Castro é procuradora aposentada e atuou como chefe da Procuradoria Regional de Taubaté



Crônicas da PGE

A seção "Crônicas da PGE", publicada nas edições do Jornal do Procurador, é um sucesso. A Apesp convida os colegas a resgatarem a memória da PGE. O mote dos textos – que não poderão exceder 4 mil caracteres (com espaçamento) – deve estar relacionado com histórias, casos e experiências vivenciadas pelos procuradores, quando da sua atuação na PGE. Participe você também, enviando seu artigo. O endereço eletrônico da seção é jornaldoprocurador@apesp.org.br

Nova diretoria lutará por a



A chapa única "Independência e Luta" foi eleita – em pleito realizado nos dias 11 e 13 de março – para a diretoria da APESP (biênio 2008/2010) e cargos do Conselho Fiscal (biênio 2008/2010) e Conselho Assessor (quadriênio 2008/2012).

Comprometida com as lutas coletivas da Carreira, a nova diretoria mesclará a prestação de serviços aos associados, atividades de lazer que congracem os procuradores e – o mais importante – manter-se-á na vanguarda da renhida defesa do interesse público e pelo avanço institucional da PGE.

Para isso, a nova gestão será leal às deliberações adotadas nas Assembléias Gerais da categoria e estritamente independente dos gestores públicos e gabinete do PGE. “Construiremos um relacionamento com as autoridades sem adesismo subalterno nem oposicionismo gratuito”, comenta Ivan de Castro Duarte Martins, presidente eleito.

No âmbito federal, a entidade estará atenta ao Congresso Nacional: possibilidade de nova reforma da Previdência e tramitação da emenda constitucional para estabelecer a autonomia administrativa e financeira das procuradorias estaduais – caminho para a tão almejada escolha do procurador geral, mediante lista tríplexe eleita pela Carreira, com mandato de prazo definido.

As discussões sobre a questão remuneratória, a busca pela paridade com a Magistratura e o MP – solapada em dezembro de 2007 – e o declínio da arrecadação da VH – acarretada pelos sucessivos

planos de parcelamento de débitos – seguirão sempre na ordem do dia.

Ademais, a APESP acompanhará proxima-mente o andamento de importantes propostas, tais como: projeto para promoção desvinculada, independente da existência de cargos vagos e com o fim do nível substituto (já aprovado no Conselho da PGE e pronto para ser encaminhado ao governador José Serra); nova Lei Orgânica da PGE; dignificação do *pro-labore* das chefias; admissão de pessoal de apoio administrativo; informatização das Unidades e incremento de *hardware* para os procuradores; eficácia crescente na gestão da dívida ativa; e, a médio prazo, novo concurso de ingresso à Carreira.

Exercício democrático

A coesão da Carreira em torno da chapa “Independência e Luta” é o reconhecimento das conquistas da APESP em benefício da advocacia pública e apoio às lutas a serem travadas. No entanto, os diretores eleitos não se furtaram de realizar intensa campanha eleitoral, nas Unidades da PGE, com o objetivo de colher as sugestões e pleitos dos colegas.

avanço institucional da PGE

Conheça os novos diretores

Presidente:

Ivan de Castro Duarte Martins



Natural de Campinas, SP. Graduiu-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela PUC-CAMP, em 1979. Ingressou na PGE em 1981, na área do Contencioso da Procuradoria Regional de Campinas/Seccional de Jundiaí. Exerceu cargo de chefia na Seccional de Jundiaí, na 2ª Subprocuradoria da Procuradoria Regional de Campinas, na

1ª Subprocuradoria da Procuradoria Regional de Campinas e na Procuradoria Regional de Campinas. Exerceu mandato como conselheiro eleito nos biênios 1991/1992 e 2003/2004. Foi diretor financeiro da APESP no biênio 2006/2008.

Vice-Presidente:

Uilson Ramos Franco



Natural de Bofete, SP. Graduiu-se em Filosofia e Letras, pela Faculdade Anchieta de São Paulo; em Pedagogia, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Avaré, SP; e em Direito, pela Fundação Karnig Bazarian de Itapetininga, SP. Ingressou na PGE em 1990. Foi procurador do

Estado Chefe da Procurador Regional de Sorocaba. Foi membro do conselho fiscal da APESP e do Sindiproesp. Atualmente está aposentado e exerce advocacia por meio do convênio Defensoria Pública/OAB SP.

Secretária Geral:

Cristina de Freitas Cirenza



Natural de São Paulo, SP. Graduiu-se em Direito pela PUC SP, em 1986, concluindo mestrado em Direito Processual pela USP (1990/1993). Em 1998/99 realizou curso sobre o sistema prisional americano, por meio de bolsa concedida pelo Instituto Humphrey, em parceria com o governo americano.

Ingressou na PGE em 1990, na PAJ: Serviço de Advocacia da Criança (SAC); 18ª Vara Criminal; Juri de Santo Amaro; Casa de Detenção de São Paulo, como coordenadora da Assistência Judiciária; SAP, como coordenadora geral da Assistência Judiciária ao Preso; e Vara de Execuções Criminais (VEC). Em março de 2005, foi classificada na Procuradoria Judicial e, em junho de 2007, na Consultoria Jurídica da SAP.

Diretora Financeira:

Márcia Junqueira Sallowicz Zanotti



Natural de São Paulo, SP. Graduiu-se em Direito pela USP, em 1972. Ingressou na PGE em 1978, na Área da Assistência Judiciária, onde atuou na PAJ Criminal (entre 1978 e 1985) e na PAJ Cível (entre 1985 e 1993). Entre 1993 e 1995, trabalhou na Consultoria da Procuradoria Administrativa. Exerceu

ainda os cargos de corregedora auxiliar (entre 1991 e 1993), de subprocuradora geral da Assistência Judiciária (entre 1995 e 1998) e de procuradora geral adjunta (entre 1999 e 2000). Entre 2000 e 2003, atuou na Consultoria Jurídica da Secretaria de Saúde. Foi secretária geral da APESP nos biênios 2004/2006 e 2006/2008.

Diretora Social e Cultural:

Ana Carolina Izidorio Davies



Natural de Bauru, SP. Graduiu-se em Direito pela Instituição Toledo de Ensino de Bauru e, atualmente, cursa mestrado na mesma faculdade. Ingressou na PGE em 2004. Atuou na Regional de Bauru por três anos e hoje está classificada na Procuradoria Regional da Grande São Paulo, Seccional de Osasco.

Diretor de Previdência e Convênios:

Juarez Sanfelice Dias



Natural de Presidente Prudente, SP. Graduiu-se em Direito pela USP, em 1994, e fez mestrado em Direito Tributário pela PUC SP, em 2002. Ingressou na PGE em 1998, classificado na Procuradoria Regional de Campinas, exercendo a chefia da 2ª Subprocuradoria. Com experiência na área de Direito, com ênfase em Direito

Administrativo e Direito Tributário, foi também procurador do Município de Campinas, escrevente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Atualmente ministra aulas no curso de pós-graduação em Direito Tributário da Unisal de Lorena/ convênio com o Curso Êxito em São José dos Campos, SP.

Diretora de Patrimônio:

Adriana Moresco



Natural de São Paulo, SP. Graduiu-se em Direito pela USP, em 1980. Ingressou na PGE em 1981, na Procuradoria Fiscal, onde permaneceu até 1991. Atuou na Consultoria Jurídica do Meio Ambiente (entre 1991 e 1996) e na Consultoria Jurídica da Secretaria da Energia (entre 1996 e 1998). Exerceu

ainda as chefias das Consultorias das Secretarias da Administração e Modernização do Serviço Público (entre 1998 e 1999) e do Governo e Gestão Estratégica (entre 1999 e 2001). Desde 2001, trabalha na Consultoria da Secretaria da Segurança Pública. Foi também conselheira eleita da PGE no biênio 1999/2000. Na APESP, foi Diretora Social nos biênios 2004/2006 e 2006/2008.

Diretor de Comunicação:

Daniel Carmelo Pagliusi Rodrigues



Natural de Ribeirão Preto, SP. Graduiu-se em Direito pela Universidade Paulista – campus Ribeirão Preto, em 1999. Especializou-se em Direito Empresarial pela Universidade Mackenzie e em Direito Constitucional pelo CEU-SP. É mestrando em Direito Político e Econômico na Universidade Mackenzie. Ingressou na

PGE em 2004, na Procuradoria Regional da Grande São Paulo e, em 2007, foi classificado na Procuradoria Judicial.

Diretor de Assuntos Parlamentares:

Caio Augusto Limongi Gasparini



Natural de São Paulo, SP. Graduiu-se em Direito pelo UniFIEO – Centro Universitário da Fundação Instituto de Ensino para Osasco. É mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Ingressou na PGE em 2006 e está classificado na Seccional de Osasco (Procuradoria Regional da

Grande São Paulo) desde a posse, tendo atuado na AJ Cível antes de atuar no Contencioso. Foi assessor técnico legislativo da Primeira Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, entre 2001 e 2006.

novos diretores

Conselho Assessor

José Damião de Lima Trindade



Natural de Tatuí, SP. Graduou-se em Direito pela USP, em 1975. Exerceu advocacia por 11 anos na área trabalhista. Ingressou na PGE, em 1987, na Procuradoria Regional da Grande São Paulo, Seccional de Osasco, onde permaneceu até 1991, quando foi

classificado na Consultoria Jurídica da Secretaria da Saúde, assumindo a chefia de 1992 a 1995. Exerceu o cargo de procurador do Estado assessor no Gabinete da PGE, de 1995 a 2000, quando retornou à Consultoria Jurídica da Secretaria da Saúde. Em 2002, foi eleito presidente da APESP, para os biênios 2002/2004 e 2004/2006. Atualmente, é conselheiro da ANAPE e está classificado na Consultoria Jurídica da Saúde.

Rosina Maria Euzébio Stern



Natural do Rio Janeiro, RJ. Graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito da UFRJ. Ingressou na PGE em 1980, na Procuradoria Fiscal. Em 1990, foi classificada na CJ da Secretaria de Economia e Planejamento, órgão que chefiou de 1995 a 2006. Chefiou a CJ da atual Secretaria de Desenvolvimento em 2006, quando

regressou à chefia da CJ de Economia e Planejamento, em 2007. Foi conselheira eleita da PGE, como representante da área da Consultoria, para o biênio 1997/1998.

Sebastião Vilela Staut Junior



Natural de São Paulo, SP. Graduou-se em Direito pela PUC SP, em 1985. Ingressou na PGE em 1987. Atuou na Procuradoria Regional da Grande São Paulo, na Procuradoria Fiscal (todos os setores, inclusive chefia das execuções e parcelamentos da Capital), Procuradoria do Patrimônio Imobiliário (Procuradoria de Defesa do

Meio Ambiente) e, atualmente, está classificado na Consultoria Jurídica da SAP. Foi professor universitário, secretário executivo do CONDEPE, conselheiro curador da Fundação do ABC e atual conselheiro fiscal do IBAP. Publicou diversos artigos jurídicos e aprovou teses em congressos nas áreas de Direito Ambiental e Tributário.

Conselho Fiscal

Ana Maria Bueno Piraino



Natural de São Paulo, SP. Graduou-se em Administração de Empresas na PUC SP, com especialização em Administração Financeira, e em Direito na FMU SP, com pós-graduação em Direito Tributário no Centro de Extensão Universitária, CEU. Ingressou na PGE em

1989, atuando na Procuradoria Regional da Grande São Paulo (PR1), onde exerceu o cargo de chefe da 2ª Subprocuradoria, abrangendo as Seccionais de Osasco, Guarulhos e Mogi das Cruzes. Atualmente está aposentada. Na APESP, foi assistente do diretor de Previdência e Assistência Social, no biênio 1990/1992; diretora assistente de Previdência e Convênios, no biênio 2004/2006; diretora de Previdência, nos biênios 1992/1994 e 2006/2008.

Arilson Garcia Gil



Natural de São José do Rio Pardo, SP. Graduou-se bacharel em Direito pela UNESP, em 2005. Cursa, atualmente, pós-graduação *lato sensu* (especialização) em Direito Tributário na PUC SP. Ingressou na PGE em 2006, onde atuou entre março de 2006 e junho de 2007 na PAJ - Capital, Regional de Vila

Prudente; está classificado na Procuradoria Regional de Campinas, Seccional de São João da Boa Vista.

Paulo Sérgio Garcez Guimarães Novaes



Natural de Lucélia, SP. Graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Bauru/Instituição Toledo de Ensino, em 1990. Ingressou na PGE em 1993, classificado na Procuradoria Regional de Sorocaba (PR/4), para atender as comarcas que integram a Seccional de Itapeva. Em junho de 1994, foi designado para a

Seccional de Avaré, onde atualmente exerce a chefia. Integrou o Conselho Fiscal da diretoria da Apesp no biênio 2004/2006 e foi diretor de Comunicações no biênio 2006/2008.

PR3: atuação preventiva em defesa do meio ambiente

O Vale do Paraíba é um território de opostos, onde coexistem patrimônio histórico – importante entreposto dos bandeirantes no século XVII e berço do genial Monteiro Lobato –, um parque industrial de alta tecnologia – setor automobilístico, aeronáutico, bélico, metal-mecânico e siderúrgico – e áreas de proteção ambiental – litoral norte de São Paulo, Serra de Mantiqueira, Parque da Serra do Mar e Parque de Campos do Jordão. Tais diferenças não são, de forma alguma, colidentes. Ao contrário, fomentam uma região próspera em sua heterogeneidade. Nesse cenário, os 27 procuradores classificados na PR3 desempenham o ofício de defender o interesse público. A Regional abrange 39 municípios, com 22 comarcas e 4 Varas Distritais; subdivide-se em duas Subprocuradorias e quatro Seccionais: Taubaté (sede), São José dos Campos, Guaratinguetá e Caraguatatuba.



Da esq. para a dir.: Robson Flores Pinto; Ricardo Martins Zaupa; Laisa da Silva Arruda; Carlos de Camargo Santos; Roseli Sebastiana Rodrigues

Perfil de atuação

A incidência de ações ambientais é alta na PR3. Dessa forma, desde setembro de 2007, estão designados dois procuradores para atuarem em bancas dessa especialidade. O trabalho dos colegas Carlos Camargo e Wiliam Freitas dos Reis – vinculado diretamente à Coordenadoria de Defesa do Meio Ambiente, sob chefia do procurador Jaques Lamac – ocorre em duas vertentes. Preventivamente, a Procuradoria promove uma ação integrada com órgãos ambientais do Estado, IBAMA e Ministério Público, com o objetivo de evitar a propositura de novas ações civis públicas contra o Estado. Existem também cerca de 350 feitos em andamento, provenientes de desapropriações indiretas (geradas pela criação do Parque Estadual da Serra do Mar), desapropriações diretas, usucapiões contestados

e ações civis de cunho ambiental (fazenda ré e autora, como assistente).

No Contencioso Fiscal, a Regional situa-se tradicionalmente em ótimas colocações na arrecadação de débitos inscritos na dívida ativa. Apesar de São José dos Campos ser um pólo industrial altamente desenvolvido, com uma grande arrecadação espontânea. A Unidade ainda não efetivou totalmente o processo de especialização. A divisão entre bancas judiciais e fiscais só foi possível nas comarcas maiores; nas comarcas pequenas, a especialização não se justificaria.

Apoio funcional

O Decreto n. 52.296, de 24/10/2007, prevê 29 cargos destinados à PR3. No entanto, há uma vaga em aberto e um afastamento (procurador Jaques Lamac, na Coordenadoria de Defesa do Meio Ambiente). Como o aumento das demandas é notório – principalmente pela assunção das autarquias (em especial o DER) –, espera-se que, em curto espaço de tempo, seja necessário o preenchimento total dos cargos. Além disso, o aumento do apoio administrativo urge, uma vez que o atual quadro de 15 funcionários é deficitário. A Regional não pode mais prescindir de um motorista – para conduzir a excelente viatura disponível – e de uma melhor estruturação do Setor de Engenharia que, apesar de essencial, tem apenas um engenheiro e um desenhista. A boa notícia é a chegada de 8 estagiários administrativos – 3 estudantes de engenharia e 5 estudantes do ensino médio –, para realizarem atividades administrativas. Avalia-se o reforço como um paliativo, até a contratação de servidores efetivos. Na Unidade, há 30 vagas para estagiários de direito, quando seriam necessários pelo menos dois estagiários para cada procurador. Por outro lado, abriu-se recentemente um pregão para contratação de leiloeiros e o credenciamento de contadores já foi efetivado.

Estrutura física

Tanto a sede de Taubaté quanto a Seccional de São José dos Campos apresentam excelente estrutura predial. Contudo, a falta de ar condicionado é um grave problema em comum. Em São José dos Campos, alguns funcionários chegaram a se sen-



Da esq. para a dir.: Andréa de Barros Correia Cavalcanti; Beatriz Coelho Farina; Maria Inês Pires Giner; Cátia Maria Peruzzo Roseiro; Paula Costa de Paiva Pena; Marcelo Gutierrez; Maurício Kaoru Amagasa.

tir mal. Em Taubaté, faltam divisórias (ou salas) para proporcionar maior privacidade aos colegas. Em São José, apontou-se a falta de armários para armazenamento de processos e documentos.

Relativamente aos equipamentos de informática, detectou-se escassez de impressoras. Os computadores são em número suficiente, todavia alguns equipamentos estão obsoletos. Mesmo com o recente aporte de 19 máquinas, a situação da informática na PR3 não foi completamente equacionada. Por sua vez, o transporte de processos por correio e transportadoras tem auxiliado os procuradores, com a diminuição progressiva dos deslocamentos.

Organograma

Sede Administrativa

Pça. Holanda, n. 80, Jardim das Nações, Taubaté
Chefe: Roseli Sebastiana Rodrigues

Assistente: Cássia Maria Sigris Ferraz da Hora

1º Subprocuradoria

Chefe: Maria Inês Pires Giner

2º Subprocuradoria

Chefe: Marta Cristina dos Santos Martins Toledo

Seccional de Taubaté

Chefe: Jorge Luiz Rodrigues de Araujo

Seccional de São José dos Campos

Chefe: Andréa de Barros Correia Cavalcanti

Seccional de Guaratinguetá

Chefe: Cosme de Oliveira

Seccional de Caraguatatuba

Chefe: Regina Gadducci

Taubaté, Região do Vale do Paraíba

Fundação: 1639

População: 272 mil habitantes

Área: 626 km²

São José dos Campos, Região do Vale do Paraíba

Fundação: 1767

População: 595 mil

Área: 1.100 km²

PR8: São José do Rio Preto viabiliza crescimento sustentável

São José do Rio Preto tornou-se um exemplo de sustentabilidade, ao conseguir mesclar grande expansão econômica com altas taxas de desenvolvimento humano. A cidade destaca-se no comércio, na prestação de serviços (tecnologia, medicina avançada e educação) e na indústria (setor moveleiro, alimentício, jóias e folhados e produtos médicos). Por outro lado, é considerada a 3ª em qualidade de vida no Estado de São Paulo, com baixos índices de mortalidade infantil, violência, analfabetismo e desemprego.

"Na visão dos procuradores classificados na PR8 é fundamental que a PGE supere a carência funcional e estrutural para cumprir, de forma adequada, o papel institucional de zelar pelo interesse público."

Esse é o contexto no qual a PR8 – que compreende um total de 101 municípios, 23 comarcas e 5 Varas Distritais – insere-se. A Unidade está organizada em duas Subprocuradorias: a primeira tem apenas uma Seccional, formada pela comarca de São José do Rio Preto e comarcas próximas; a segunda subdivide-se em 4 Seccionais – Catanduva, Votuporanga, Fernandópolis e Jales. Apenas a Seccional de Fernandópolis mantém sede própria e um

funcionário cedido pela Prefeitura.

Os 20 procuradores classificados na PR8 atuam na sede. A quantidade de colegas está abaixo do ideal, principalmente com o aumento das demandas, tanto nas bancas fiscais (motivado pelo gerenciamento da dívida ativa) quanto nas judiciais (devido à assunção das autarquias e aumento da litigiosidade contra o Estado). A expectativa era pelo preenchimento total das 22 vagas previstas no Decreto n. 51.238/2006, que na época já havia efetuado um corte na quantidade de cargos. Porém, a publicação do Decreto n. 52.296, de 24/10/2007, acarretou em nova redução – para 21 cargos.

Em decorrência da pujança econômica da região, a PR8 obtém tradicionalmente ótimos resultados na arrecadação da dívida ativa. Contudo, não é só no Contencioso Fiscal que os colegas da Regional enfrentam alta demanda. As ações crescem vertiginosamente, com uma média anual de 4 mil processos, sendo que aproximadamente 800 processos referem-se ao Contencioso Judicial. Nessa área, destacam-se as ações relacionadas ao fornecimento e de medicamentos, insumos e tratamentos médico-hospitalares, que perfazem mais de 50% dos feitos.

O processo de especialização evolui satisfatoriamente. Com a redistribuição de bancas, realizada no mês de outubro de 2007, foi possível a especialização da 1ª e da 2ª Subprocuradorias nas matérias fiscal e judicial, não obstante o elevado número de comarcas e varas distritais.

Como é praxe em todas as Unidades da PGE, a PR8 apresenta reduzidíssimo número de funcionários, em um total de 16. A contratação de estagiários administrativos amenizou de forma paliativa a escassez, enquanto não se promove concurso para servidores na PGE. A iniciativa foi efetivada recentemente, porém ainda não possibilitou a diminuição das atividades administrativas e burocráticas desempenhadas por procuradores, uma vez que os setores administrativos estavam excessivamente sobrecarregados e já não suportavam toda a demanda. Há também poucos estagiários de direito: apenas 25 estudantes credenciados – de acordo com recente autorização para preenchimento do número total de vagas fixado pela Resolução PGE n. 41, de 06/06/2007 – quantidade insuficiente, já que o ideal seria que cada procurador tivesse pelo menos um estagiário credenciado por período.

Relativo à estrutura física, as instalações prediais apresentam condições adequadas. Logo após a recepção dos colegas oriundos da AJ, foi necessário um compartilhamento provisório de salas. Ademais, faltaram equipamentos de informática e mobiliário para todos os procuradores. Tais agruras estão sendo superadas e, atualmente, todos têm à disposição computadores e salas próprias, para bem desempenhar suas funções. Os equipamentos recebidos recentemente ainda não são suficientes para a substituição de todos os computadores, já muito antigos e ultrapassados. Premente mesmo é a instalação de uma nova rede, que será providenciada em breve, em face da recente liberação de verba pelo gabinete, para abertura do procedimento licitatório.

Uma sugestão colhida para buscar a melhoria contínua da estrutura de informática seria o aluguel de computadores. Os contratos de locação incluiriam serviços de manutenção e, quando da renovação dos contratos, poder-se-ia prever a troca periódica por máquinas modernas, o que normalmente não ocorre com equipamentos pertencentes ao próprio estadual. Outra proposta é pela aquisição de *scanners* portáteis, para que os colegas possam copiar documentos e processos



Da esq. para a dir. Em pé: Luís Carlos Gimenes Esteves, Fábio Imbernom Nascimento, José Luiz de Araújo, Cléia Borges de Paula Delgado, Guilherme Leguth Neto, Paulo Sérgio Caetano Castro, Carlos Henrique Giunco e Mauro Fileto. Sentados: Celena Gianotti Batista, Cláudia Mara Arantes da Silva, Thais de Lima Batista Pereira e Nelson Finotti Silva.

nos cartórios. Além da comodidade, a prática solucionaria um problema atual: o não ressarcimento dos custos das cópias.

A Regional tem apenas uma viatura e não conta com motorista contratado. Seria necessária uma completa revisão do atual veículo – com 150 mil km rodados – e a aquisição de novo carro. O transporte de processos por malote diminuiu em parte os deslocamentos, mas as viagens ainda são constantes e as diárias insuficientes para reembolso dos gastos.

Organograma

Sede Administrativa

R. Siqueira Campos, n. 3.105 – 1ª sl
Chefe: Cléia Borges de Paula Delgado
Assistente: Cláudia Mara Arantes da Silva

1ª Subprocuradoria

Chefe: Luís Carlos Gimenes Esteves

2ª Subprocuradoria

Chefe: Celena Gianotti Batista

Seccional de Catanduva

Chefe: Guilherme Leguth Neto

Seccional de Votuporanga

Chefe: Paulo Sérgio Caetano Castro

Seccional de Fernandópolis

Chefe: Gláucia Buldo da Silva

Seccional de Jales

Chefe: Thais de Lima Batista Pereira

São José do Rio Preto, Região Noroeste de SP

Fundação: 19/03/1852

População: 403 mil habitantes

Área: 434 km²